

# TRENNEPOHL

# INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Comentários ao Decreto 6.514/2008

5ª edição revista, atualizada e ampliada

Atualizado  
com:

- Decreto n. 11.080, de 24 de maio de 2022
- Decreto n. 11.095, de 13 de junho de 2022
- Portaria IBAMA n. 118, de 3 de outubro de 2022

Prefácio do Ministro  
Luiz Alberto Gurgel de Faria

CONTEÚDO  
EXTRA PREVIEW

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*  
**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*  
**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Luízenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Damareis Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Caroline Dubovicki, Michelle Kwan e Thabata Flausino Almeida

*Capa:* Linotec

*Adaptação de capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

123 1036

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Trennepohl, Curt

Infrações ambientais : comentários ao Decreto 6.514/2008 / Curt Trennepohl, Terence Trennepohl, Natascha Trennepohl. -- 5. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0398-5

1. Direito ambiental - Brasil 2. Impacto ambiental - Brasil 3. Licenças ambientais - Brasil 4. Política ambiental - Brasil 5. Proteção ambiental - Brasil I. Trennepohl, Terence. II. Trennepohl, Natascha. III. Título.

22-137571

CDU-34:502.7:35.078.1(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Licenciamento ambiental : Direito 34:502.7:35.078.1(81)  
 Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Nota Introdutória.....	9
1. A evolução das normas e a atuação do poder público na sua aplicação.....	19
1.1 O meio ambiente nas Constituições.....	19
1.2 O meio ambiente na legislação ordinária.....	25
1.3 Os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental.....	29
1.4 A criação do IBAMA.....	31
1.5 A repartição da competência federal.....	32
1.6 As multas administrativas.....	34
2. O exercício do poder de polícia do Estado no controle das atividades nocivas ao meio ambiente.....	39
2.1 Penalidades por transgressão das normas ambientais.....	39
2.2 A comunicação do crime ambiental.....	42
2.3 As sanções administrativas e sua aplicação.....	47
2.4 O Auto de Infração.....	48
2.5 A infração administrativa na Lei dos Crimes Ambientais.....	54
2.6 Atividades condicionadas à aprovação prévia.....	59
2.7 As restrições de uso da propriedade.....	60
2.8 A competência para o licenciamento.....	64
2.9 A Ação Civil Pública para reparação do dano ambiental.....	74
2.10 Reserva Legal, manutenção e recomposição.....	77
Comentários aos artigos do Decreto 6.514, de 22.07.2008.....	84
3. Infrações administrativas contra o meio ambiente.....	85
3.1 Condutas infracionais e processo de apuração.....	85
3.2 Definição de infração administrativa ambiental.....	86
3.3 Sanções por infrações administrativas.....	87
3.4 Critérios para a dosagem das penalidades.....	97
3.5 Advertência.....	103

3.6	Aplicação cumulativa de advertência com outras sanções .....	107
3.7	Interstício mínimo para a aplicação de nova advertência.....	108
3.8	Dosagem da multa .....	108
3.9	Valor mínimo e máximo das multas .....	110
3.10	Multa diária.....	111
3.11	Reincidência e agravamento das sanções.....	113
3.12	Duplicidade de autuação .....	117
3.13	Destinação de recursos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.....	120
3.14	Apreensão de produtos e subprodutos .....	122
3.15	Destrução de produtos e suspensão de obras ou atividades .....	124
3.16	Limites do embargo ou interdição .....	124
3.17	Cessação do embargo ou interdição .....	126
3.18	Embargo de áreas desmatadas ou queimadas irregularmente.....	127
3.19	Embargo de Plano de Manejo Florestal .....	131
3.20	Sanções por descumprimento de embargo .....	133
3.21	Demolição de obra.....	135
3.22	Sanções restritivas de direito .....	138
3.23	Prazos prescricionais .....	140
3.24	Interrupção da prescrição .....	143
3.25	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.....	144
4.	Infrações contra a fauna.....	151
4.1	Danos diretos contra a fauna .....	153
4.1.1	Fauna silvestre, exótica e doméstica.....	156
4.1.2	Espécies ameaçadas de extinção .....	158
4.1.3	Licença da autoridade competente .....	159
4.1.4	Manutenção e depósito.....	161
4.1.5	Quantidade autorizada e quantidade existente .....	164
4.1.6	Coleta de material científico.....	165
4.1.7	Multa por estimativa.....	165
4.2	Introdução de espécimes sem licença .....	166
4.3	Exportação de peles e couros de anfíbios e répteis.....	167
4.4	Prática de caça profissional.....	169
4.5	Produtos e instrumentos para a caça .....	171
4.6	Abusos e maus-tratos.....	172
4.7	Molestar cetáceos, pinípedes e sirênios .....	177
4.8	Registro de acervo de zoológicos e criadouros .....	179
4.9	Declaração de estoque de animais .....	181
4.10	Utilização de imagem de animais .....	183
4.11	Degradação de criatórios públicos de peixes.....	184
4.12	Pesca proibida.....	184

4.13	Pesca com explosivos ou substâncias tóxicas .....	188
4.14	Pesca sem registro ou autorização .....	189
4.15	Introdução de espécimes aquáticas sem autorização .....	190
4.16	Exploração de invertebrados aquáticos, algas e recifes.....	193
4.17	Espécies sobre-explotadas .....	194
4.18	Mapas de bordo.....	195
4.19	Definição de pesca .....	197
5.	Infrações contra a flora .....	199
5.1	Destruir ou danificar espécimes vegetais em Área de Preservação Permanente .....	200
5.2	Árvores em Área de Preservação Permanente ou especialmente protegidas.....	212
5.3	Extração de minerais de florestas públicas ou áreas de preservação permanente .....	214
5.4	Fabricação de carvão .....	216
5.5	Transporte e comercialização de produtos florestais .....	217
5.5.1	O sistema de autorização e controle da exploração florestal....	222
5.5.2	A Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF...	223
5.5.3	Documento de Origem Florestal – DOF.....	231
5.5.4	Mensuração da multa administrativa .....	236
5.6	Regeneração de vegetação.....	237
5.7	Danos a florestas ou vegetação não passível de exploração.....	242
5.8	Danos a florestas ou vegetação passível de exploração.....	246
5.9	Danos a florestas ou vegetação em reserva legal ou servidão florestal....	247
5.9.1	Manejo florestal irregular .....	250
5.10	Desmatamento a corte raso.....	251
5.11	Exploração ou danos a vegetação sem autorização ambiental.....	251
5.12	Utilizar produto de área embargada.....	253
5.13	Falta de averbação da Reserva Legal.....	256
5.14	Plantas de ornamentação .....	262
5.15	Comércio e uso de motosserra.....	265
5.16	Uso de fogo .....	266
5.16.1	O uso do fogo na cultura de cana-de-açúcar .....	266
5.16.2	O uso do fogo para a renovação de pastagens .....	271
5.16.3	O uso do fogo após o desmatamento.....	277
5.16.4	O uso do fogo em mata ou floresta.....	277
5.17	Venda e uso de balões .....	278
5.18	Agravantes nos danos à flora .....	279
5.19	Autorização de corte de espécies plantadas .....	280
5.20	A Incidência do Código Florestal nas Áreas Urbanas.....	281
5.20.1	O Recurso Especial 1.546.415/SC e sua fundamentação.....	281

## 14 | INFRAÇÕES AMBIENTAIS

5.20.2	As Áreas de Preservação Permanente (APP).....	284
5.20.3	A Aplicabilidade do Código Florestal em Áreas Urbanas .....	287
5.20.4	Conclusões .....	293
6.	Poluição .....	295
	Outros tipos de poluição .....	299
7.	Atividades minerárias .....	309
8.	Agrotóxicos.....	313
9.	Emissão de poluentes por veículos e motores .....	319
10.	Licenciamento ambiental.....	323
11.	Disseminação de praga ou doença.....	335
12.	Veículos e pneus .....	337
12.1	Condução de veículo adulterado .....	337
12.2	Licença para uso da configuração de veículo ou motor .....	339
12.3	Pneus usados .....	340
12.4	Alteração de características de veículos e motores .....	343
13.	Ordenamento urbano e patrimônio cultural .....	347
13.1	Danos contra bens especialmente protegidos .....	347
13.2	Edificações ou locais especialmente protegidos .....	349
13.3	Construção em solo não edificável .....	350
13.4	Pichamento ou conspurcação .....	351
14.	Infrações contra a administração ambiental .....	353
14.1	Cadastro Técnico Federal .....	353
14.2	Empecilho à fiscalização .....	356
14.3	Imposição de obstáculos ao georreferenciamento .....	357
14.4	Descumprimento de embargo .....	359
14.5	Deixar de atender notificação ou exigência .....	360
14.6	Falta de relatórios ou informações ambientais .....	361
14.7	Omissão ou falsidade de informação .....	361
14.8	Compensação ambiental.....	363
15.	Infrações cometidas em unidades de conservação.....	365
15.1	Introdução de espécies alóctones .....	365

15.2	Áreas delimitadas para criação de Unidades de Conservação .....	369
15.3	Pesquisa científica sem autorização em Unidade de Conservação .....	372
15.4	Exploração comercial de recursos de unidades de conservação .....	375
15.5	Utilização de imagens de unidades de conservação .....	375
15.6	Cultivo de OGM's em APA's ou zonas de amortecimentos.....	376
15.7	Desobediência aos regulamentos da unidade de conservação .....	379
15.8	Causar dano à unidade de conservação .....	381
15.9	Tentativa de dano à unidade de conservação.....	386
15.10	Agravamento das sanções no caso de unidades de conservação .....	387
16.	Processo administrativo para apuração de infrações ambientais.....	389
16.1	Princípios e critérios do processo administrativo.....	391
16.2	Início do processo administrativo.....	393
16.3	Conteúdo do auto de infração .....	396
16.4	Autuação do processo administrativo.....	399
16.5	Vício sanável no auto de infração .....	407
16.6	Vício insanável no auto de infração.....	408
16.7	Medidas administrativas preventivas e acautelatórias .....	410
16.8	Impossibilidade da apreensão .....	412
16.9	Apreensão de animais em unidade de conservação .....	414
16.10	Utilização do material apreendido .....	417
16.11	Guarda e depósito dos bens apreendidos .....	418
16.12	Fiel depositário de bens apreendidos .....	419
16.13	Destinação de bens apreendidos .....	420
16.14	Embargo de atividades e áreas .....	427
16.15	Suspensão de venda ou fabricação de produto .....	430
16.16	Suspensão da atividade .....	431
16.17	Destruição de produtos, subprodutos e instrumentos ilícitos.....	431
16.18	Demolição de obras ou edificações.....	432
17.	Defesa contra auto de infração .....	437
17.1	Defesa contra autuação administrativa.....	437
17.2	Teses de defesa mais comuns.....	440
17.2.1	Legislação ambiental e desenvolvimento econômico .....	440
17.2.2	Sanção desproporcional ou confiscatória .....	441
17.2.3	Situação econômica do autuado .....	442
17.2.4	Registro da ocorrência na polícia .....	443
17.2.5	Presunção de veracidade.....	444
17.2.6	Processo administrativo e processo penal .....	444
17.2.7	Perícia técnica e oitiva de testemunhas .....	445
17.2.8	Competência do agente autuante .....	446

17.3	Local da apresentação da defesa .....	447
17.4	Conteúdo da defesa .....	448
17.5	Representação para a defesa administrativa.....	448
17.6	Rejeição sumária da defesa .....	449
17.7	Ônus da prova.....	450
17.8	Contradita e provas de convicção.....	451
17.9	Rejeição de pedido de provas ou diligências .....	452
17.10	Manifestação do órgão jurídico.....	453
17.11	Alegações finais.....	455
18.	Julgamento.....	459
18.1	Adequação da sanção no julgamento.....	459
18.2	Prazo para o julgamento .....	462
18.3	Motivação da decisão.....	463
18.4	Notificação do resultado do julgamento.....	463
19.	Recurso .....	465
19.1	Instâncias recursais .....	465
19.2	Recurso de ofício .....	468
19.3	Efeito suspensivo do recurso .....	469
19.4	Alteração da sanção pela instância recursal.....	470
19.5	Recurso ao CONAMA.....	470
19.6	Requisitos de admissibilidade.....	471
19.7	Comunicação do julgamento do recurso .....	471
19.8	Notificação e atualização dos débitos .....	472
20.	Destinação dos bens e animais apreendidos .....	473
20.1	Destinatários das doações .....	485
20.2	Destruição de produtos tóxicos, perigosos ou nocivos.....	485
20.3	Transferência de bens doados .....	486
20.4	Venda de bens apreendidos.....	486
21.	Conversão de multa em serviços .....	489
21.1	Serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente ....	493
21.2	Danos decorrentes da infração.....	507
21.3	Requerimento da conversão da multa .....	507
21.4	Valor da conversão da multa e desconto pela adesão .....	510
21.5	Termo de compromisso de conversão da multa.....	513
21.6	Publicação do termo de compromisso.....	515
21.7	Conversão pleiteada com base em normas anteriores .....	516
21.8	Publicidade das sanções aplicadas .....	518



22. Competência da capitania dos portos.....	521
23. Normas complementares .....	523
24. <i>Vacatio legis</i> . Averbação de reserva legal .....	525
<i>Vacatio legis</i> . Embargos em reserva legal .....	525
25. Normas revogadas pelo Decreto 6.514, de 2008 .....	529
26. Conclusões.....	531
Bibliografia .....	533